

# PLANO DE METAS 19+1

**PELA REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA!**

**Alvaro Dias**  
Paulo Rabello

***Coligação Mudança de Verdade***

**Podemos, PSC, PRP, PTC**

**Agosto de 2018**

---

## Sumário

---

Objetivo

Diretrizes Gerais

Metas - SOCIEDADE

- 1 - Emprego para Todos
- 2 - Segurança com Tolerância Zero
- 3 - Saúde com Pronto Atendimento
- 4 - Ciência, Cultura e Turismo
- 5 - Educação do Futuro
- 6 - Família Unida
- 7 - Verde Água, Saneamento 100%

Metas – ECONOMIA

- 8 - Estrutura Fiscal Eficiente (EFE)
- 9 - Menos Impostos Já!
- 10 - Capital para a Previdência Social
- 11 - Crédito Sem Vexame
- 12 - Indústria 4.i
- 13 - Planeta Agro
- 14 - Infraestrutura para o Século XXI
- 15 - Diplomacia para o Comércio

Metas – INSTITUIÇÕES

- 16 – Burocracia Zero e Medidas Anticorrupção
- 17 – Legalização de Propriedades Urbanas e Rurais
- 18 - Autonomia Federativa + Reforma Política
- 19 - Projeto Integridade da Nação
- + 1: meta-síntese
- 20 – Refundar a República (Revisão Constitucional)**

## OBJETIVO

---

O objetivo desse documento é apresentar as diretrizes gerais para o programa de governo da Coligação *Mudança de Verdade*, união de forças do Podemos, PSC, PRP e PTC, tendo como candidato à presidência da República Alvaro Dias e como vice-presidente Paulo Rabello.

A Coligação *Mudança de Verdade* honrará, do primeiro ao último dia de mandato, seu compromisso com:

1. **A renovação de ideias e de pessoas na política**
2. **A conduta moral de todos os membros do governo**
3. **A gestão impecável dos recursos e serviços públicos**

A plataforma para **refundar as bases da República** se constitui num **PLANO DE 19 METAS**, capaz de:

- Atender as principais demandas sociais do povo (a *Sociedade*)
- Retomar o crescimento acelerado e sustentável (a *Economia*)
- Reformar a política e a ordem democrática (as *Instituições*)

O resultado das ações propostas neste programa irá gerar um ponto de inflexão na sociedade brasileira. A economia se tornará mais estável, dinâmica e com um crescimento sustentável, a agricultura ainda mais produtiva, a indústria mais próxima do seu futuro 4.0 e o setor de serviços mais inovador.

O país iniciará um processo de busca contínua de eficiência tanto no setor público como no privado através da adoção das melhores práticas mundiais, abertura comercial gradativa, recuperação e aumento do estoque de infraestrutura, importação e desenvolvimento interno de novas tecnologias.

O ponto de partida é o entendimento dos maiores problemas que a sociedade brasileira enfrenta em 2018:



A partir do entendimento desses problemas é que foram definidas as 19 metas que guiarão todas as ações do governo da Coligação *Mudança de Verdade* e colocará o Brasil de volta ao trilho do desenvolvimento sustentado, proporcionando à população uma qualidade de vida muito superior à verificada atualmente.

A ideia das 19 metas foi inspirada no *Plano de Metas* do grande presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que promoveu uma transformação no país através de um programa de industrialização e modernização levado a cabo ao longo dos cinco anos do seu governo na forma de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais e regionais.

Da mesma forma que ao tempo de JK, o desenvolvimento nacional será buscado com o máximo empenho do governo e intensa participação da população. Especial atenção precisa ser dada, desta vez, a uma completa redefinição do que se espera do papel do Estado na sociedade, bem como da revisão do texto constitucional como premissa das mudanças requeridas para o país voltar a crescer e a harmonia social de novo prevalecer.

O povo brasileiro tem direito ao progresso com que sempre sonhou. A esperança de tempos de felicidade precisa ser resgatada com urgência. Providências objetivas de mudança institucional, reforma completa do governo e avanços nas regras de funcionamento da economia constam como partes fundamentais deste programa de modo a levar o Brasil a produzir a virada que falta, superando os impasses e a estagnação do emprego, bem como deflagrando as distintas vocações de crescimento sustentável das várias regiões do nosso imenso País.

O Plano de 19 Metas tem como base três pilares: Sociedade, Economia e Instituições (SEI). Na esfera da Sociedade foram estabelecidas sete Metas: Emprego para Todos, Violência com Tolerância Zero, Pronto Atendimento na Saúde, Ciência, Cultura e Turismo, Educação do Futuro, Família Unida e Verde Água.

Na Economia, a meta central é promover um crescimento médio de 5% a.a. através da simplificação e redução de tributos, uma completa revisão da estrutura do gasto público, uma reforma financeira propiciadora de efetiva diminuição de juros para o setor produtivo – em especial para micro e pequenas empresas, fomento à poupança e ao mercado de capitais por meio de uma nova previdência social que capitalizará os participantes e que democratizará a posse dos ativos estatais e forte incentivo ao investimento.

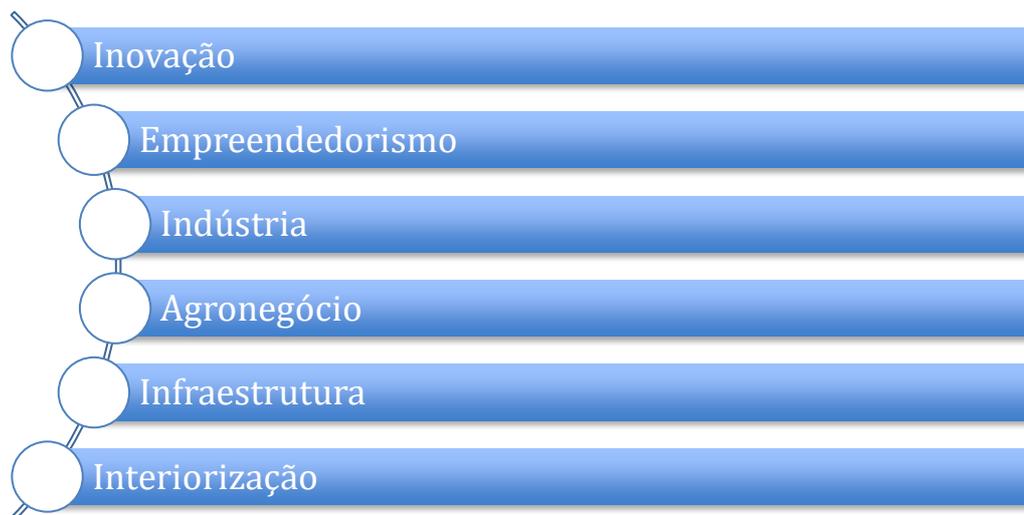
Iremos buscar o desenvolvimento da indústria pela inovação, uma agricultura com apoio para chegar a produzir 300 milhões de toneladas de grãos em 2022 e uma nova diplomacia brasileira voltada para a expansão vigorosa do comércio dos produtos nacionais, mediante novos acordos.

O crescimento sustentado será alcançado através do estímulo ao empreendedorismo e do aumento e melhoria na qualidade da infraestrutura instalada, sem negligenciar um olhar atento à interiorização e ao meio-ambiente. O avanço relativo das regiões menos desenvolvidas do País é tema prioritário ao longo das 19 Metas. Setores como transporte & logística,

saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, mobilidade e descarte de resíduos sólidos terão destaque no investimento em infraestrutura, que atualmente apresenta um estoque de capital empregado correspondente a 12% do PIB, número excessivamente baixo se comparado com 65% no Japão e 40% na Índia.

É fundamental um aumento do investimento nacional, que chegou ao seu ápice nesse século em 2013, representando 21% do PIB, para em seguida apresentar quedas constantes, atingindo patamares inferiores a 16%. Os recursos para novas inversões virão em parte através do ganho com a redução dos níveis de corrupção e desperdícios no governo e, noutra parte, com a contenção das despesas de custeio.

### Crescimento Sustentado



No campo das Instituições, o objetivo é fazer em 2019 uma ampla revisão constitucional, nela contendo, entre outros avanços, a reforma política e eleitoral, radical reforma administrativa para reduzir o tamanho do Estado, com o fim de privilégios e prerrogativas indevidas e instalar um governo moderno e eletrônico, no qual serão perseguidos os objetivos de burocracia zero e autonomia federativa.

O tema da corrupção será destaque. Vamos enxugar a máquina pública, simplificar, eliminar privilégios e buscar eficiência na gestão do Estado. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp), projeta que até 2,3% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) são perdidos a cada ano com práticas, posturas e condutas corruptas, ou seja, algo em torno de R\$100 bilhões.

Vamos apoiar incansavelmente todas as medidas juridicamente viáveis para combater esse mal que compromete o progresso do país, inclusive os conceitos previstos no pacote das 10 Medidas contra a corrupção elaborado pelo Ministério Público. O Estado existe para servir ao cidadão e não para se servir dele. Essa é a inspiração das ações que vamos implantar já a partir de 2019. Este é o sentido mais amplo da nossa meta-síntese, de **Refundar a República**.

Ao final de quatro anos a população irá vivenciar um aumento significativo na quantidade de empregos ofertados pelo setor privado, uma melhora substancial na segurança em todas as suas esferas, poderá contar com um sistema de saúde eficiente e poderá sentir os efeitos de uma significativa inclusão social e efetiva ascensão econômica do segmento mais pobre da população, que atualmente corresponde a quase 15 milhões de pessoas, segundo pesquisa recente do IBGE.

## DIRETRIZES GERAIS

---

As Diretrizes Gerais que embasam as propostas da Coligação *Mudança de Verdade* para o Brasil refletem a intransigente defesa do Estado democrático de direito, e absoluta convicção nas liberdades individuais e de imprensa, na paz social que prescinde da violência contra o cidadão e na prevalência do resultado de esforços e iniciativas de cada indivíduo sobre a sempre frustrante interferência do poder público e do “Estado-babá”.

Este Plano de 19 Metas se apoia, enfim, na constatação irrefutável de que o crescimento da economia é sempre originário das iniciativas dos próprios cidadãos quando impulsionados pelas oportunidades criadas por mercados livres e competitivos, dotados de ampla informação e acesso, e que o governo deve ter o tamanho adequado para atuar, precipuamente, como estimulador dessa sadia concorrência, que constantemente cria inovações e soluções, assim como deve o poder público procurar interferir e regular o mínimo possível, sempre agindo de modo firme e pedagógico como árbitro e orientador de cidadãos livres.

A eventual participação direta do governo na oferta de serviços públicos deve se ater, exclusivamente, àqueles que, devido à sua natureza ou a certas distorções na distribuição de renda e riqueza não podem ser alcançados pelos indivíduos de forma universal.

A eficácia da segurança pública é uma meta a ser atingida assim como a sustentabilidade do ciclo de desenvolvimento econômico através da reconstrução de seus fundamentos.

A recuperação da infraestrutura é condição fundamental para melhorar os resultados dos setores produtivos, particularmente a agricultura e a indústria de base. O estímulo ao empreendedorismo, ao desenvolvimento tecnológico e à educação são considerados essenciais para aumentar o nível de emprego.

O meio-ambiente não pode ser negligenciado e desenvolvimentos tecnológicos devem ser utilizados para a sua preservação. Os programas de inclusão social devem ser mantidos e condições dignas de emancipação devem ser criadas através da criação de novas oportunidades para essa parcela da população.

As linhas gerais deste Plano de 19 Metas se pautam na construção de um governo sério, intransigente contra a corrupção em qualquer das suas muitas manifestações, um governo democrático que acredita na importância da alternância de poder.

Vamos realizar uma administração transparente cuja ética, justiça social e exclusiva preocupação com a população brasileira constituem o alicerce de todas as ações do governo.

A natureza do capitalismo que, como regime econômico, nos convence e anima é aquele que partilha o capital do País de modo efetivo e rápido entre muitos sócios, aliás milhões de pessoas, ou seja, um capitalismo cujos benefícios e vantagens possam ser usufruídos pelo maior número possível de cidadãos com acesso ao título de propriedade de suas residências e áreas rurais, cujos filhos tenham acesso a sistemas de educação e saúde de qualidade equivalente à de países de referência nessas áreas, e cujo capital, hoje estatal, possa ser compartilhado de modo objetivo por toda a população mediante a capitalização previdenciária.

A Estratégia do Crescimento Sustentado e Sustentável é a escolhida para levar o Brasil rumo ao crescimento econômico contínuo e assim possibilitar uma melhoria de vida para a população **sem deixar ninguém para trás**.

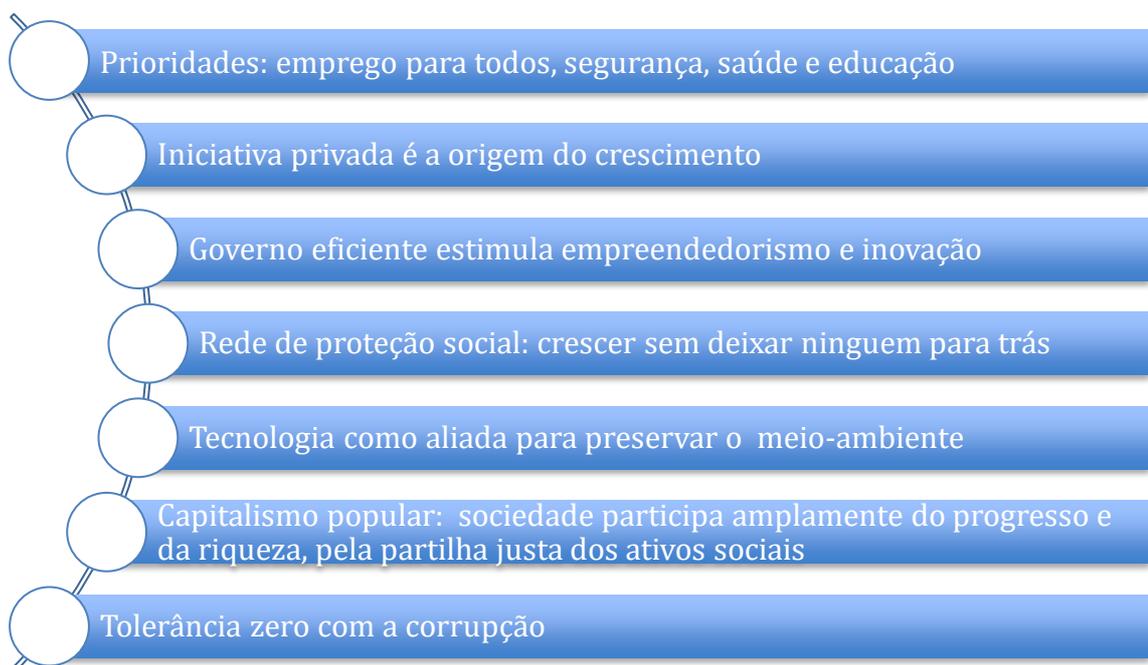
Entre 1890 e 1973 o Brasil foi um dos países com maior crescimento econômico no mundo. Durante o governo de Juscelino Kubitschek crescemos em média 8% a.a. sem apelar ao recurso do autoritarismo político.

Se já manifestamos forte vocação para alto crescimento no passado, com menos impostos, serviços públicos de maior qualidade e menor desigualdade, nada deve nos deter na ambição de reconquistar este estágio de grande desenvolvimento. Vamos recuperar essa vocação de crescimento para construirmos o futuro que sonhamos. A esperança vai voltar.

Sem sombra de dúvida, num olhar conclusivo sobre a missão desse plano, o principal desafio é o da reengenharia do Estado brasileiro, ou seja, **a refundação da República**, fazendo a máquina do governo evoluir da sua atual situação disfuncional, pesada, ineficiente, patrimonialista, escrava das corporações e de seus interesses dissimulados, de um governo, enfim, hoje desconectado da sociedade e de suas necessidades, passando o Brasil a se

apresentar, no âmbito institucional, como um Estado eficiente cujos serviços prestados à população justifiquem o custo tributário arcado pelos brasileiros.

### Principais DIRETRIZES do Plano de 19 Metas





### **EMPREGO PARA TODOS**

Mais 10 milhões de empregos em 4 anos  
Aumento dos Investimentos até 22% do PIB em 2022  
Crescimento da Renda Nacional em até 5% ao ano (média 2019-22)  
Simplificação e formalização do contrato de trabalho

### **SEGURANÇA COM TOLERÂNCIA ZERO**

Redução de 60% de homicídios e assaltos (36.000 vidas/ano poupadas)  
Investir nas Polícias: os 3 is da Inteligência, Informação e Integração

### **SAÚDE COM PRONTO ATENDIMENTO**

Fila zero nas emergências e prontuário eletrônico  
Genéricos sem imposto até 2022

### **CIÊNCIA, CULTURA E TURISMO**

Programa Nacional de Inovação (Cidades, Agro, Saúde e Educação)  
Cultura livre via Cartão Cultura  
Criação da Secretaria Nacional de Turismo

### **EDUCAÇÃO DO FUTURO**

100% de alunos no Ensino integral até 2022  
Web-Educação e Capacitação de professores  
Projeto 200 Gênios para Universidades

### **FAMÍLIA UNIDA**

Acesso universal a Creches às mães que trabalham  
500 CETs (Centros de Educação para o Trabalho)  
1º Emprego, capacitação e remuneração para 1 milhão de jovens  
Mais vida útil e saudável para seniores por novas capacitações e lazer

### **VERDE-ÁGUA E SANEAMENTO 100%**

Preservação e aproveitamento integral dos biomas nacionais  
Proteção dos mananciais (replantio de matas em 3500 municípios)  
Gestão produtiva dos cursos d'água e aquíferos  
Cumprimento do plano Renovável (créditos para descarbonização)  
Prioridade Saneamento: R\$20 bilhões/ano em esgotos tratados



## 8 ESTRUTURA FISCAL EFICIENTE (EFE)

Déficit primário nulo em 2019 e nominal zero em 2023  
Implantar orçamento de custos e a avaliação com base em eficiência social  
Revisão do custo de rolagem da dívida pública

## 9 MENOS IMPOSTOS JÁ!

Eliminar 7 grandes tributos (PIS, COFINS, IPI, CIDE, IOF, CPP, CSLL)  
Fim da papelada tributária e isenção de IR para quem ganha até R\$5 mil  
Equalizar o IR sobre todas as fontes de renda

## 10 CAPITAL PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contas individuais de previdência para os trabalhadores optantes  
Capitalização do fundo do INSS com bens e direitos da União e ações das estatais  
Livre aplicação das poupanças do FGTS em previdências associativas

## 11 CRÉDITO SEM VEXAME

Crédito fácil pela internet para micro e pequenos empreendedores  
70% do crédito nacional para empresas e famílias em 2022  
Mercado de capitais para financiar micro, pequenas e médias empresas  
Formalização de micro e pequenas empresas

## 12 INDÚSTRIA 4.1

Os 4 is: + Inovação + Investimento + Isenção + Internacionalização  
10 ZPEs – Zonas de Processamento de Exportação  
Novo Estatuto para a Zona Franca de Manaus

## 13 PLANETA AGRO

Produção em 2022: +30% ou 300 milhões t de grãos (cereais e leguminosas)  
Segurança no Campo: Reintegração de posse sumária  
Seguro rural e armazenagem, defesa animal e vegetal  
Projeto Ferrovias

## 14 INFRAESTRUTURA PARA O SÉCULO XXI

+60% de infraestrutura implantada até 2022 (Investimento: +R\$1,2 trilhão)  
Fim dos Lixões até 2022  
Redução no custo de transporte de cargas e passageiros urbanos (50% até 2022)

## 15 DIPLOMACIA PARA O COMÉRCIO

Defesa do produto nacional pela isonomia econômica  
10 novos acordos bilaterais e 4 multilaterais até 2022  
Redução gradual de tarifas em 50% até 2022



## **16 BUROCRACIA ZERO E MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO**

Uma medida de limpeza por dia até acabar com a burocracia (365 medidas em 2019)

E-governo: licitações, aprovações, recenseamentos e processos

## **17 LEGALIZAÇÃO DE PROPRIEDADES URBANAS E RURAIS**

5 milhões de novos títulos de propriedade em 2022

Reintegração sumária de posse nas áreas rurais

## **18 AUTONOMIA FEDERATIVA + REFORMA POLÍTICA**

Repartição automática de tributos a Estados e Municípios

Autonomia financeira e Leis de Eficiência em gestão pública

Municipalização de recursos e ações públicas (aumento de 50% das verbas)

Redução do número de parlamentares, voto facultativo e distritalização da representação

## **19 PROJETO INTEGRIDADE DA NAÇÃO**

Proteção das fronteiras secas, mar territorial e espaço aéreo

Ocupação integral do território Amazônico

Reequipamento das Forças Armadas. Avanço na área espacial

## **+1 REFUNDAR A REPÚBLICA (REVISÃO CONSTITUCIONAL)**

Votação do Texto, Revisado pelo Congresso, até OUT/2019

Consulta popular para referendar o novo texto em OUT/2020

## **Anexo I – CARTA AOS PREFEITOS**

Prezado prefeito,

Em outubro nossa Constituição completa 30 anos e a Federação não cabe no Brasil. Os municípios sofrem as consequências da concentração exorbitante dos recursos nos cofres da União. A Reforma do Sistema Federativo é prioridade da nossa proposta de Refundação da República.

Aprendi a respeitar e valorizar o esforço municipalista. Como governador do meu Estado, estabeleci produtiva interação administrativa com os municípios, realizando programas de grande repercussão e significativos resultados. Como parlamentar, fui autor de dois importantes projetos que, em 10 anos, colocaram nos cofres dos municípios mais de 50 bilhões de reais, segundo informação da CNM. A emenda constitucional que municipaliza a taxa de iluminação pública e o projeto que alterou o sistema de repasse do salário educação, aumentando em 120% os valores transferidos diretamente pelo FNDE aos municípios brasileiros.

### **Como candidato a Presidente da República estou propondo:**

1- Criar um Conselho Consultivo de Prefeitos, com reuniões mensais, para debate da pauta municipalista;

2- Não criar novas despesas e obrigações para os municípios sem a devida previsão de recursos;

3- Promover mudanças na Lei Kandir para garantir o ressarcimento aos municípios;

4- Viabilizar o aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nos meses de setembro.

5- Garantir o apoio técnico dos órgãos federais para melhorar a gestão administrativa, orientar o fluxo de recursos e a prestação de contas;

6- Promover reforma tributária que estabeleça como prioridade a mais justa distribuição dos recursos entre os entes federados, no contexto do novo pacto federativo.

7- Criar a carreira de Médico Federal para atender principalmente os municípios mais carentes do país;

8- Tornar o FUNDEB permanente e priorizar a educação infantil e o ensino fundamental;

9- Prorrogar, com bases em critérios técnicos, o prazo para o fim dos lixões e atuar concretamente para a formação de Consórcios Intermunicipais para melhor destinação correta dos resíduos sólidos;

10- Aumentar o índice de prestação dos serviços de coleta de esgoto dos atuais 50% para 60% da população;

11- Promover e incentivar a criação de Consórcios Intermunicipais de Saúde, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional.

Não permitirei que os cofres municipais continuem sendo surrupiados para financiar a ineficiência e a corrupção do Governo Federal.

A refundação da República passa também por um novo pacto federativo.



Alvaro Dias